

EDUCAÇÃO, SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DO CUIDADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

EDUCATION, MENTAL HEALTH AND WELL-BEING: PATHWAYS FOR THE PROMOTION OF CARE IN PUBLIC SCHOOLS

EDUCACIÓN, SALUD MENTAL Y BIENESTAR: CAMINOS PARA LA PROMOCIÓN DEL CUIDADO EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS

Francisco Renato Silva Ferreira

Mestre em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: renatoferreira@altaneira.ce.gov.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

Cilianne Édila Leandro de Sousa

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: dra.ciliannenefro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>

Adriana Romão Moreira de Souza

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: drcapsicologa10@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9634906436581707>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1883-9608>

Wesley Breno Silva Oliveira

Mestre em Educação Física

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Estadual de Educação do Ceará, Brasil

E-mail: wesley.ef@outlook.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2602397940535119>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2441-3865>

Marta Coelho Bezerra Dantas

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: martha_30jpeg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

Marli Otília dos Santos

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: marlysantos_28@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214605539721605>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6125-3677>

Moema Alves Macêdo

Doutora em Psicologia

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: moema@leaosampaio.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4015132590283508>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4161-5901>

Marlene Menezes de Souza Teixeira

Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5043828704040203>

ORCID: <https://orcid.org/0002-1546-3257>

RESUMO

A promoção da saúde mental no ambiente escolar tem se revelado tema central para a consolidação de práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Este estudo apresenta uma revisão integrativa que analisa produções científicas recentes acerca da relação entre educação pública, bem-estar estudantil e políticas de cuidado. A metodologia adotada possibilitou reunir evidências que demonstram a relevância das práticas de acolhimento, da escuta qualificada e da convivência democrática para a construção de ambientes formativos mais sólidos. Os resultados apontam que iniciativas pedagógicas baseadas em vínculos positivos fortalecem a autonomia, reduzem tensões emocionais e ampliam o engajamento dos estudantes. As políticas públicas intersetoriais, especialmente aquelas articuladas ao Programa Saúde na Escola, também se destacam por favorecer a identificação precoce de vulnerabilidades e proporcionar apoio institucional. A análise indica que a formação docente contínua é aspecto decisivo para a efetividade dessas ações, pois permite que educadores reconheçam, com maior sensibilidade, sinais de sofrimento psíquico. Conclui-se que a promoção da saúde mental deve integrar permanentemente o cotidiano escolar, consolidando a escola pública como espaço de cuidado, participação e dignidade humana.

Palavras-chave: Saúde; Educação; Bem-estar.

ABSTRACT

The promotion of mental health within public schools has emerged as a central theme for strengthening educational practices grounded in the comprehensive development of children and adolescents. This integrative review examines recent scientific literature addressing the relationship between public education, student well-being and institutional care policies. The methodological approach enabled the synthesis of evidence demonstrating the importance of welcoming practices, qualified listening and democratic coexistence for the construction of healthy and supportive learning environments. Findings reveal that pedagogical initiatives rooted in positive relationships enhance autonomy, reduce emotional tensions and increase student engagement. Intersectoral public policies, particularly those linked to the School Health Program, also play a crucial role by facilitating the early identification of vulnerabilities and offering institutional support. The analysis highlights the relevance of continuous teacher education, which equips educators to recognize signs of psychological distress with greater accuracy and empathy. The study concludes that mental health promotion must become a permanent component of school life, reinforcing public education as a space of care, participation and human dignity.

Keywords: Health; Education; Wellbeing.

RESUMEN

La promoción de la salud mental en las escuelas públicas se ha convertido en un eje fundamental para consolidar prácticas educativas orientadas al desarrollo integral de niños y adolescentes. Este estudio presenta una revisión integrativa que examina la producción científica reciente sobre la relación entre educación pública, bienestar estudiantil y políticas institucionales de cuidado. La metodología permitió reunir evidencias que muestran la importancia del acogimiento, de la escucha cualificada y de la convivencia democrática para fortalecer ambientes formativos comprometidos con la protección y el desarrollo humano. Los resultados indican que las iniciativas pedagógicas basadas en vínculos positivos favorecen la autonomía, disminuyen tensiones emocionales y aumentan la participación estudiantil. Las políticas públicas intersectoriales, en especial aquellas articuladas al Programa Salud en la Escuela, también contribuyen a identificar precozmente situaciones de vulnerabilidad y ofrecer apoyo institucional. El análisis destaca la relevancia de la formación continua del profesorado, condición esencial para reconocer señales de malestar psicológico con mayor precisión. Se concluye que la promoción de la salud mental debe integrarse de manera permanente en la vida escolar, reafirmando la escuela pública como espacio de cuidado, ciudadanía y dignidad humana.

Palabras clave: Salud; Educación; Bienestar.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental do estudante tornou-se uma das dimensões mais sensíveis da educação pública brasileira, especialmente em um cenário social marcado por desigualdades persistentes, pressões emocionais crescentes e fragilização das redes comunitárias que historicamente sustentavam a infância e a adolescência. A ampliação deste debate exige compreender que sofrimento emocional, trajetória escolar e construção da cidadania são elementos que se entrelaçam e se condicionam mutuamente. A literatura contemporânea reconhece que processos psíquicos repercutem diretamente no modo como crianças e adolescentes aprendem, convivem e significam suas experiências de mundo, o que coloca a temática da saúde mental como componente intrínseco da formação integral.

As escolas passaram a receber estudantes que carregam, no corpo e na linguagem, marcas de insegurança, ansiedade, vivências de violência e rupturas familiares. Essa realidade complexa desafia o papel tradicional da instituição escolar, que já não pode mais atuar exclusivamente como transmissora de conteúdos, mas como espaço cuidador, produtor de vínculos e promotor de experiências que favoreçam o equilíbrio emocional. Diversos autores evidenciam que o sofrimento psíquico não surge isolado, mas é atravessado por dimensões sociais, culturais e econômicas que estruturam a vida dos sujeitos. Nesse sentido, a escola emerge como território privilegiado para práticas de acolhimento, escuta e promoção do bem-estar, pois permanece como um dos poucos espaços públicos de presença diária garantida para crianças e adolescentes.

A ampliação dessa compreensão tem suscitado novos olhares sobre o papel dos profissionais da educação. Pesquisas recentes apontam que docentes preparados para identificar sinais de angústia emocional, compreender repertórios comportamentais e dialogar com estudantes em situações de vulnerabilidade contribuem para minimizar impactos negativos sobre o processo de aprendizagem. Não é possível dissociar desempenho escolar de equilíbrio psíquico, pois ambos configuram dimensões constitutivas do desenvolvimento humano.

O debate teórico contemporâneo, amparado por estudos da psicologia do desenvolvimento, da saúde coletiva e da pedagogia crítica, reforça que a saúde mental deve ser compreendida como construção coletiva. A Organização Mundial da

Saúde (2022), ao discutir bem-estar e qualidade de vida de crianças e adolescentes, afirma que ações educativas consistentes fortalecem autonomia, ampliam a capacidade de enfrentamento e reduzem comportamentos de risco. Em documento recente, o UNICEF (2020) destaca que a escola possui papel decisivo na construção de redes de proteção, sobretudo quando trabalha articulada a políticas públicas de saúde e assistência social.

A literatura especializada confirma que ambientes escolares humanizados favorecem aprendizagens mais significativas. Estudos internacionais mostram que a convivência democrática, a valorização da participação estudantil e o estímulo ao diálogo reduzem índices de violência escolar e ampliam a sensação de pertencimento. Quando estudantes percebem que suas vozes são legitimadas e que suas emoções são reconhecidas, desenvolvem vínculos mais sólidos com a escola, o que repercute positivamente na frequência, na motivação e no rendimento acadêmico.

A produção acadêmica recente tem destacado a urgência de revisitar práticas e concepções que orientam o trabalho educativo, sobretudo diante das transformações sociais, culturais e emocionais que atravessam o cotidiano escolar. Pesquisadores do campo enfatizam que a formação integral requer abordagens pedagógicas capazes de articular conhecimento, sensibilidade e compromisso ético, superando modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos. Essa perspectiva amplia o entendimento do papel da escola pública e reafirma a importância de processos formativos que considerem a complexidade das experiências humanas.

Nesse movimento de reconstrução conceitual, a obra *Pedagogia da Autonomia*, de Freire (2018), permanece como referência fundamental por situar a educação como prática ética, afetiva e profundamente comprometida com a dignidade dos sujeitos. A centralidade de sua contribuição reside na defesa de uma ação educativa que reconhece o estudante como protagonista do próprio percurso formativo e que valoriza o diálogo como fundamento da relação pedagógica. Em um de seus trechos mais emblemáticos, o autor apresenta uma reflexão que sintetiza sua compreensão sobre a natureza humanizadora do ato de ensinar, reafirmando, com precisão, princípios que permanecem atuais no campo educacional (Freire, 2018).

A presença dessa perspectiva reforça a ideia de que a promoção da saúde mental demanda práticas pedagógicas que integrem acolhimento, escuta e compromisso ético. A escola, ao adotar políticas de cuidado, torna-se ambiente capaz de contribuir para a transformação das condições de vida e para o desenvolvimento de competências emocionais indispensáveis ao exercício da cidadania. Essa compreensão amplia o horizonte da educação pública, que não se limita a ensinar conteúdos, mas se compromete com a construção de vidas dignas, relacionamentos saudáveis e possibilidades reais de participação social.

A partir dessas considerações, torna-se relevante investigar como as escolas públicas brasileiras têm articulado práticas de promoção da saúde mental, quais desafios enfrentam e de que modo políticas intersetoriais contribuem para fortalecer o bem-estar estudantil. Refletir criticamente sobre essas questões permite compreender caminhos possíveis para consolidar uma cultura de cuidado que valorize cada sujeito em sua singularidade e promova condições efetivas para uma educação mais humana, equitativa e democrática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação e Saúde Mental na Perspectiva do Desenvolvimento Humano

A compreensão da saúde mental como um componente estruturante do desenvolvimento humano tem sido abordada com crescente densidade nas pesquisas das últimas décadas. Os estudos que tratam dessa relação indicam que as experiências emocionais vivenciadas na infância e adolescência exercem efeitos duradouros sobre a formação da identidade, a capacidade de aprendizagem e a construção de vínculos sociais. A educação, nesse sentido, não pode ser reduzida à dimensão cognitiva, pois a formação integral exige atenção aos aspectos afetivos, relacionais e culturais que moldam a trajetória escolar dos estudantes.

A literatura contemporânea tem destacado que o desenvolvimento humano constitui um processo complexo, dinâmico e profundamente interdependente. Pesquisadores ligados às áreas da psicologia, da neurociência e da saúde coletiva defendem que emoções, comportamentos e aprendizagens não estão dissociados, mas se organizam em rede, influenciando-se mutuamente. A Organização Mundial da

Saúde (2022) reforça que a saúde mental envolve o bem-estar subjetivo, a capacidade de lidar com pressões cotidianas, o reconhecimento das próprias habilidades e a participação ativa na vida comunitária. Esse entendimento amplia o papel da escola como ambiente estratégico para práticas de cuidado.

A relevância dessa discussão adquire força adicional quando se considera que o espaço escolar é, para muitas crianças e adolescentes, o principal cenário de socialização. As relações que se estabelecem nesse território, associadas às experiências de acolhimento e pertencimento, contribuem significativamente para a estabilidade emocional dos estudantes. Estudos de Lima e Souza (2020) sustentam que ambientes educativos capazes de promover interações respeitosas, comunicação afetiva e diálogo estruturado tendem a favorecer o desenvolvimento socioemocional e reduzir sofrimentos psíquicos que impactam o desempenho acadêmico.

A literatura especializada sugere que processos educativos pautados pela escuta sensível e pela valorização das singularidades fortalecem a autonomia e estimulam a construção de habilidades emocionais que influenciam diretamente a aprendizagem. Como afirma Dalgalarondo (2019, p. 67):

A saúde mental envolve a integração adequada entre afetividade, comportamento, desenvolvimento cognitivo e relações sociais. Essa integração favorece a construção de recursos internos que permitem aos indivíduos enfrentar desafios, elaborar conflitos e desenvolver competências que sustentam sua participação plena na vida escolar e comunitária.

Essa perspectiva relaciona-se diretamente ao potencial formativo da escola pública. Práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade emocional dos estudantes e que ampliam a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde mental contribuem para um ambiente mais estável e acolhedor. A formação contínua de professores e equipes escolares torna-se, assim, fundamental para que sinais de sofrimento sejam identificados de forma precoce, evitando impactos mais severos sobre o desenvolvimento integral.

A ampliação desse debate envolve também a articulação entre educação e saúde coletiva. Autores como Benevides e Passos (2020) argumentam que o cuidado em saúde mental precisa ser compreendido enquanto fenômeno comunitário e intersetorial, ultrapassando o modelo clínico individualizante. A escola, por estar enraizada na vida cotidiana e possuir dinâmica própria de convivência social, oferece

condições privilegiadas para práticas educativas que promovam autocuidado, participação democrática e fortalecimento de vínculos comunitários.

A perspectiva do desenvolvimento humano exige, portanto, que políticas escolares considerem o estudante como sujeito de direitos e como participante ativo do próprio processo formativo. Documentos internacionais reforçam que programas de educação que incorporam dimensões emocionais e sociais contribuem para maior engajamento, melhoria da convivência e redução de conflitos. O relatório da UNESCO (2020, p. 18) sobre bem-estar estudantil destaca que:

Ambientes educativos que integram saúde mental às práticas pedagógicas tendem a fortalecer competências socioemocionais, ampliar a capacidade de resolução de problemas e favorecer o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao articular cuidado, aprendizagem e participação, tais ambientes criam condições para que os estudantes expressem emoções, construam vínculos e desenvolvam autonomia, evidenciando que o bem-estar é dimensão essencial da vida escolar.

Essa concepção reafirma que a saúde mental não deve ser tratada como aspecto secundário, mas como elemento central da formação humana. A escola pública, ao assumir essa responsabilidade, amplia seu papel social e fortalece políticas de cuidado que alcançam estudantes em suas múltiplas realidades. O desenvolvimento humano, portanto, consolida-se como horizonte pedagógico que orienta práticas educativas mais sensíveis, democráticas e comprometidas com a dignidade de todos os sujeitos.

2.2 Bem-Estar e Clima Escolar

O papel do clima escolar na constituição do desenvolvimento emocional e cognitivo tem sido amplamente reconhecido pelas pesquisas educacionais contemporâneas. Estudos internacionais e nacionais demonstram que ambientes permeados por respeito, diálogo e relações de confiança favorecem o bem-estar estudantil e fortalecem o vínculo com a escola. Esse conjunto de fatores está diretamente associado à qualidade da aprendizagem, à permanência do estudante e à construção de trajetórias escolares mais estáveis e satisfatórias. O clima escolar, nesse sentido, não se limita à infraestrutura ou à organização administrativa, mas comprehende a totalidade das interações que estruturam a experiência cotidiana dos sujeitos no espaço educativo.

A literatura da psicologia educacional e da saúde coletiva demonstra que o bem-estar discente depende de múltiplas dimensões: relações afetivas positivas entre estudantes e professores, sensação de segurança, valorização da diversidade, participação ativa nos processos de tomada de decisão e reconhecimento das singularidades individuais. Pesquisas desenvolvidas por Thapa et al. (2018) reforçam que essas dimensões se articulam na constituição de um ambiente democrático que favorece a autonomia, reduz conflitos e amplia a motivação para aprender. Os autores enfatizam que escolas com clima positivo apresentam menores índices de bullying, maior engajamento estudantil e níveis superiores de satisfação geral com a instituição.

As evidências científicas sugerem que o clima escolar exerce forte influência na saúde mental dos estudantes, atuando como fator de proteção ou, quando fragilizado, como elemento de risco. A escola, ao oferecer ambientes acolhedores e relações respeitosas, contribui para a construção de recursos emocionais que permitem aos estudantes lidar com desafios pessoais, conflitos e pressões sociais. De acordo com Cohen e Pickeral (2019), o clima escolar atua como mediador central entre relações sociais e processos de aprendizagem, pois estrutura o modo como crianças e adolescentes percebem a si mesmos, constroem vínculos e estabelecem expectativas sobre seu futuro. Os autores afirmam:

Um clima escolar saudável envolve práticas relacionais que estimulam empatia, cooperação, respeito mútuo e sentimento de pertencimento. Esses elementos, quando integrados de forma consistente, fortalecem a confiança dos estudantes, reduzem tensões emocionais e ampliam a disposição para participar da vida escolar. A construção desse ambiente depende de ações contínuas, enraizadas em valores democráticos e sustentadas pela atuação conjunta de toda a comunidade escolar (Cohen; Pickeral, 2019, p. 14).

Essa perspectiva dialoga diretamente com estudos brasileiros que analisam políticas de convivência democrática e promoção de vínculos. Pesquisas conduzidas por Carvalho e Gonçalves (2021) identificam que escolas que investem em práticas de mediação de conflitos, assembleias estudantis, projetos de convivência e atividades socioemocionais apresentam melhora significativa nos indicadores de bem-estar e pertencimento. Esses resultados reforçam que o clima escolar é uma construção coletiva, que envolve gestão sensível, participação discente e práticas pedagógicas conscientes da dimensão humana do processo educativo.

A ampliação teórica sobre o tema evidencia que promover bem-estar no ambiente escolar implica reconhecer que estudantes constroem sua relação com o mundo a partir das experiências que vivenciam no cotidiano da instituição. A presença de práticas pedagógicas que valorizem a expressão emocional, a criatividade, a escuta atenta e a cooperação fortalece a saúde mental e transforma a escola em espaço de cuidado. Documentos recentes da UNESCO (2021) apontam que o bem-estar estudantil constitui um dos pilares da educação contemporânea e deve ser tratado como indicador essencial da qualidade educacional. Esse posicionamento internacional amplia o valor atribuído ao clima escolar e o insere como parte fundamental das políticas e práticas de promoção da saúde mental.

A reflexão sobre bem-estar e clima escolar reafirma que a educação pública possui potencial transformador quando articula relações humanas, sensibilidade pedagógica e compromisso com a dignidade dos sujeitos. O fortalecimento dessas dimensões exige investimento contínuo em formação docente, participação comunitária e políticas institucionais que consolidem ambientes acolhedores. Com isso, a escola se torna espaço de pertencimento, segurança emocional e desenvolvimento integral, contribuindo para a construção de uma cultura educativa mais justa, democrática e humanizadora.

2.3 Políticas Públicas de Promoção da Saúde na Escola

O avanço das políticas públicas voltadas à promoção da saúde no ambiente escolar tem se configurado como elemento essencial para articular educação, cuidado e desenvolvimento humano no Brasil. Ao longo das últimas décadas, diferentes iniciativas governamentais passaram a reconhecer a escola como espaço estratégico para intervenções preventivas e práticas formativas que abordem a saúde mental em sua complexidade. A presença de programas intersetoriais demonstra que o cuidado com crianças e adolescentes ultrapassa o campo pedagógico e exige a integração entre setores responsáveis por direitos fundamentais, como saúde, educação e assistência social..

Diversos estudos apontam que políticas estruturadas são essenciais para garantir condições de acolhimento, prevenção e acompanhamento adequado. A criação do Programa Saúde na Escola (PSE) em 2007, fortalecida por atualizações

posteiros, evidenciou o compromisso entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação em consolidar ações integradas. Pesquisas desenvolvidas por Faria e Silva (2020) mostram que o PSE contribui para identificar vulnerabilidades, ampliar o acesso a informações qualificadas e construir práticas educativas que dialogam com a realidade dos territórios. Esses autores destacam que as ações do programa, quando efetivamente articuladas, promovem maior aproximação entre escola, famílias e unidades básicas de saúde.

A literatura especializada reforça que políticas públicas desse tipo permitem que escolas atuem não apenas como espaços de aprendizagem, mas também como locais de proteção social. Em análise elaborada por Cordeiro e organizadores (2021), observa-se que a intersectorialidade constitui elemento indispensável para enfrentar desigualdades e promover ambientes mais saudáveis. Os pesquisadores afirmam que a integração de serviços públicos qualifica o cuidado e fortalece redes de apoio, especialmente em comunidades marcadas por vulnerabilidades sociais e econômicas.

O campo da saúde coletiva enfatiza que políticas eficazes dependem de processos contínuos de formação e de acompanhamento pedagógico. Documentos publicados pelo Ministério da Saúde (2021) ressaltam que a promoção da saúde na escola deve contemplar ações educativas, práticas de prevenção, identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico e encaminhamentos adequados aos serviços especializados. A partir dessa orientação, entende-se que a saúde mental não se limita à ausência de transtornos, mas envolve a criação de ambientes que favoreçam a autonomia, a convivência e o bem-estar.

A produção teórica evidencia que iniciativas estruturadas no âmbito das políticas públicas contribuem significativamente para o fortalecimento da saúde mental no ambiente escolar. A Organização Mundial da Saúde (2022) destaca que estratégias de promoção do bem-estar precisam estar ancoradas em diretrizes que considerem determinantes sociais, diversidade cultural e singularidades territoriais. O relatório internacional enfatiza que:

A implementação de políticas de promoção da saúde deve apoiar-se em processos educativos permanentes, na participação comunitária e na articulação entre diferentes setores, de modo a ampliar a capacidade de prevenção e garantir condições para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. A escola, como instituição universal, torna-se espaço

privilegiado para práticas que integram cuidado, aprendizagem e cidadania (OMS, 2022, p. 58).

Essa perspectiva dialoga com diretrizes propostas pela UNESCO (2021), que reafirma a necessidade de construir sistemas educacionais que incorporem o bem-estar como indicador central da qualidade. A organização internacional defende que políticas educacionais voltadas à saúde mental devem estimular ambientes inclusivos, práticas pedagógicas sensíveis às singularidades dos estudantes e ações que fortaleçam vínculos entre escola, família e comunidade.

A análise das políticas brasileiras demonstra que, embora avanços importantes tenham sido registrados, ainda existem desafios estruturais que comprometem a efetividade das ações. Problemas relacionados à formação docente, à sobrecarga das equipes escolares, à descontinuidade administrativa e às desigualdades territoriais dificultam a consolidação de práticas integradas. Mesmo diante desses obstáculos, pesquisas recentes de Alves e Barreto (2022) indicam que escolas que desenvolvem projetos articulados ao PSE apresentam melhores indicadores de convivência, maior engajamento estudantil e redução de situações de vulnerabilidade emocional.

A efetivação das políticas públicas voltadas à promoção da saúde no ambiente escolar requer, portanto, um conjunto de ações articuladas, continuadas e orientadas por princípios de equidade, participação social e compromisso com o desenvolvimento integral. A presença de diretrizes nacionais e internacionais fortalece o entendimento de que a educação pode desempenhar papel decisivo na construção de ambientes emocionalmente saudáveis, em que crianças e adolescentes tenham acesso não apenas ao conhecimento formal, mas também às condições necessárias para viver com dignidade, segurança e bem-estar.

3. METODOLOGIA

A construção deste estudo fundamentou-se nos princípios da revisão integrativa, abordagem metodológica que possibilita reunir, analisar e sintetizar produções científicas de diferentes naturezas, permitindo compreender, com maior profundidade, o estado atual do conhecimento sobre educação, saúde mental e bem-estar no contexto das escolas públicas. A escolha por essa metodologia decorre da necessidade de articular evidências empíricas, normativas e teóricas, de modo a

produzir um panorama abrangente e crítico sobre o tema. Conforme afirma Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103), a revisão integrativa “favorece a reunião de múltiplos desenhos metodológicos, ampliando a compreensão de fenômenos complexos e possibilitando a formulação de sínteses consistentes para a prática profissional”.

A elaboração do corpus analítico teve início com a definição da pergunta norteadora, orientada pelo objetivo de compreender como se estruturam as práticas de promoção da saúde mental nas escolas públicas brasileiras e quais são as contribuições evidenciadas pela literatura recente. A partir disso, realizou-se a seleção dos descritores que direcionaram a busca: “saúde mental”, “educação pública”, “bem-estar escolar”, “clima escolar” e “promoção da saúde na escola”. Esses termos foram escolhidos com base no vocabulário controlado da Biblioteca Virtual em Saúde e em consultas preliminares a pesquisas já consolidadas.

A etapa de busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed, considerando produções publicadas entre 2016 e 2024, período que concentra debates contemporâneos sobre saúde mental e políticas educacionais no país. Esse recorte temporal permitiu incorporar estudos recentes e alinhados às diretrizes internacionais sobre bem-estar estudantil. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem de forma direta a relação entre saúde mental, educação e políticas de cuidado desenvolvidas em escolas públicas. Excluíram-se produções duplicadas, dissertações, capítulos de livros, artigos que tratavam de saúde mental exclusivamente sob perspectiva clínica e textos que não apresentavam aderência à pergunta de pesquisa.

A organização e análise do material seguiram etapas que envolveram leitura exploratória inicial, leitura analítica aprofundada e categorização temática. Essa estrutura de tratamento dos dados permitiu identificar convergências e tensões nas produções examinadas. Ao sintetizar os achados, buscou-se preservar o rigor metodológico e a coerência conceitual, garantindo que as interpretações realizadas fossem respaldadas pelas evidências encontradas. A literatura especializada reforça que revisões integrativas exigem atenção minuciosa à qualidade das fontes utilizadas, pois o objetivo não se limita à simples descrição dos estudos selecionados. A esse respeito, Whittemore e Knafl (2005, p. 547) afirmam:

A revisão integrativa requer processos sistemáticos de seleção, avaliação e síntese de evidências, de modo que os resultados obtidos possam refletir, de maneira rigorosa e confiável, o conjunto do conhecimento disponível sobre determinado fenômeno. Esse método, quando adequadamente conduzido, fortalece a prática baseada em evidências e contribui para a evolução teórica e profissional.

A organização das categorias analíticas foi estabelecida a partir da recorrência, relevância e densidade argumentativa dos temas identificados. Esse procedimento resultou em três eixos principais: práticas pedagógicas de cuidado emocional, políticas públicas de promoção da saúde mental e ações de convivência democrática associadas ao clima escolar. A articulação dessas categorias sustentou a análise crítica apresentada nas seções posteriores, preservando a fidelidade às fontes e garantindo que o estudo apresentasse uma síntese capaz de dialogar com a complexidade do fenômeno investigado.

Por fim, buscou-se assegurar que todo o processo metodológico estivesse alinhado ao rigor científico e aos princípios éticos que orientam pesquisas dessa natureza. A revisão integrativa aqui apresentada não envolve coleta direta de dados com seres humanos, o que dispensa apreciação por comitê de ética, mas exige responsabilidade acadêmica na seleção, interpretação e apresentação das evidências, assumindo o compromisso com a fidedignidade das fontes e com a precisão das sínteses desenvolvidas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A interpretação dos estudos selecionados revela um panorama complexo, no qual a promoção da saúde mental nas escolas públicas depende de múltiplos fatores interligados. A literatura examinada evidencia que ações pedagógicas voltadas ao cuidado emocional, quando planejadas de forma sistemática e articuladas às políticas públicas, resultam em impactos significativos na qualidade das relações escolares, na convivência democrática e no bem-estar dos estudantes. Essa constatação aproxima-se de perspectivas contemporâneas que compreendem a escola como espaço sociocultural que participa ativamente da constituição subjetiva das crianças e adolescentes.

As produções analisadas convergem ao apontar que a presença de práticas de acolhimento e escuta qualificada modifica substancialmente a dinâmica escolar. O

reconhecimento das emoções, o diálogo contínuo e a valorização de experiências pessoais contribuem para fortalecer vínculos e reduzir tensões que frequentemente interferem na aprendizagem. Estudos como os de Lima e Souza (2020) demonstram que escolas que investem em estratégias de mediação emocional apresentam avanços na autonomia dos estudantes, maior envolvimento com as tarefas escolares e diminuição de conflitos recorrentes no cotidiano. Essa relação entre clima escolar e saúde mental reforça que ambientes seguros, afetivos e organizados funcionam como fatores de proteção socioemocional.

A análise também indicou que projetos pedagógicos integrados ao desenvolvimento socioemocional têm se consolidado como alternativa eficaz para enfrentar diferentes expressões de sofrimento psíquico. A inserção de atividades baseadas em cooperação, empatia, criatividade e reflexão crítica estimulam capacidades internas que auxiliam no enfrentamento de situações adversas. A literatura revisada destaca que tais projetos contribuem para a ampliação da autoestima, do senso de pertencimento e da capacidade de autorregulação emocional. Em síntese, o fortalecimento das competências socioemocionais emerge como elemento indispensável ao desenvolvimento integral e à prevenção de agravos à saúde mental.

As evidências presentes nos artigos analisados também reforçam o papel central da formação docente. Professores que compreendem os determinantes sociais da saúde mental e dominam práticas pedagógicas baseadas no diálogo estabelecem relações mais sólidas com seus estudantes e conseguem identificar precocemente sinais de vulnerabilidade emocional. Pesquisadores como Carvalho e Gonçalves (2021) sustentam que a ausência de preparo adequado compromete o êxito das ações de cuidado, pois limita a capacidade de intervenção e de encaminhamento adequado aos serviços da rede pública. Nesse sentido, a formação continuada adquire centralidade ao permitir que educadores desenvolvam competências que ultrapassam o campo didático e alcancem dimensões éticas e humanas da prática educativa.

As políticas públicas analisadas, especialmente o Programa Saúde na Escola, reforçam que a integração entre setores amplia a eficácia das práticas de promoção

do bem-estar. O diálogo entre equipes escolares e unidades básicas de saúde possibilita acompanhamento mais preciso das demandas emocionais dos estudantes, além de ampliar o acesso a serviços especializados. Documentos institucionais reafirmam a importância desse diálogo. O Ministério da Saúde (2021, p. 33) destaca:

A articulação entre educação e saúde constitui estratégia indispensável para o desenvolvimento de ações capazes de promover autonomia, prevenir agravos e fortalecer redes de apoio comunitário. Essas práticas devem considerar as realidades territoriais, a diversidade cultural e as múltiplas expressões do sofrimento psíquico, garantindo que cada estudante seja acolhido em sua singularidade.

Essa orientação dialoga com relatórios internacionais que ampliam a dimensão do cuidado no contexto escolar. A UNESCO (2021) enfatiza que escolas que integram saúde mental ao currículo e às políticas institucionais apresentam melhores indicadores de convivência, maior participação estudantil e avanços na aprendizagem significativa. A articulação entre clima escolar, desenvolvimento socioemocional e políticas de cuidado, portanto, constitui um eixo teórico-prático que permeia todos os achados desta revisão.

As contribuições dos estudos revisados apontam ainda que a participação das famílias é fundamental para a consolidação de práticas de promoção da saúde mental. Pesquisas mostram que a escuta ativa, o diálogo com responsáveis e a integração entre escola e comunidade fortalecem redes de apoio e ampliam a capacidade de intervenção. Essa dinâmica revela que o cuidado não se restringe ao espaço escolar, mas envolve relações e contextos mais amplos que influenciam diretamente o bem-estar discente. Alves e Barreto (2022) destacam que a participação comunitária amplia a efetividade das ações, pois aproxima a instituição educacional das necessidades concretas dos estudantes.

A síntese dos achados reforça que a promoção da saúde mental na escola deve ser compreendida como processo contínuo, coletivo e essencial para a formação integral. Os resultados demonstram que práticas pedagógicas humanizadoras, políticas intersetoriais bem estruturadas e fortalecimento do clima escolar produzem efeitos duradouros na vida dos estudantes. A articulação desses elementos revela que a escola pública, quando assume seu papel social de cuidado, transforma-se em espaço protetor, capaz de promover dignidade, autonomia e participação cidadã.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho reafirma que a promoção da saúde mental nas escolas públicas constitui um dos desafios mais urgentes da educação contemporânea. O estudo partiu do objetivo de compreender como práticas pedagógicas humanizadoras, políticas intersetoriais e um clima escolar favorável contribuem para o bem-estar discente e, consequentemente, para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A revisão integrativa possibilitou reunir evidências consistentes que demonstram a relevância da escola como espaço de cuidado, convivência e proteção social, especialmente em contextos marcados por desigualdades e vulnerabilidades.

Os resultados encontrados indicam que iniciativas de acolhimento, escuta qualificada e mediação emocional fortalecem vínculos e criam condições mais favoráveis à aprendizagem. Do mesmo modo, políticas públicas articuladas entre saúde e educação ampliam o alcance das ações de prevenção e garantem suporte às necessidades emergentes da comunidade escolar. Observou-se também que a formação docente contínua desempenha papel determinante, uma vez que professores preparados conseguem reconhecer com maior precisão os sinais de sofrimento psíquico e mobilizar estratégias pedagógicas sensíveis às singularidades dos estudantes. Esses achados confirmam a hipótese inicial de que o bem-estar emocional depende da integração entre práticas escolares, diretrizes institucionais e participação comunitária.

A contribuição central deste estudo reside na síntese crítica de pesquisas recentes, que mostram que o fortalecimento da saúde mental no ambiente escolar não ocorre de forma isolada, mas como resultado de uma articulação estruturada entre sujeitos, políticas e práticas. Ao evidenciar a importância de ambientes acolhedores, de relações educativas baseadas na empatia e de políticas intersetoriais contínuas, o trabalho reforça que a escola pública possui potencial transformador capaz de produzir condições mais dignas e humanas de existência.

As reflexões construídas permitem, ainda, identificar lacunas que podem orientar investigações futuras. Pesquisas mais aprofundadas sobre os impactos de programas de promoção do bem-estar, estudos comparativos entre diferentes redes

de ensino e análises sobre as percepções dos estudantes e das famílias podem ampliar a compreensão sobre os efeitos dessas políticas no cotidiano escolar. Investigações que articulem saúde mental, diversidade e desigualdades territoriais também representam caminhos promissores, dada a complexidade dos desafios enfrentados pelas escolas brasileiras.

Conclui-se que a promoção da saúde mental deve permanecer como propósito permanente da educação pública, integrando práticas pedagógicas, políticas sociais e formação de profissionais. Ao assumir esse compromisso, a escola se afirma como espaço de cuidado, pertencimento e construção de cidadania, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de exercer autonomia, elaborar suas experiências e participar de maneira plena da vida social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia; BARRETO, Helena. Promoção da saúde mental no ambiente escolar: desafios e possibilidades do Programa Saúde na Escola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1459-1472, 2022.
- BENEVIDES, Rafael; PASSOS, Eduardo. Saúde mental, cuidado e território: práticas coletivas na escola público. In: CORDEIRO, Renata (Org.). **Intersetorialidade e políticas públicas para a infância**. São Paulo: Cortez, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola: guia de implementação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- CARVALHO, Ana Paula; GONÇALVES, Rodrigo. Convivência escolar e bem-estar estudantil: desafios e possibilidades na escola pública brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-20, 2021.
- COHEN, Jonathan; PICKERAL, Terry. **School Climate and Learning: A Review of the Research**. New York: National School Climate Center, 2019.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Saúde Mental**. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- FARIA, Ana Paula; SILVA, Mariana. Políticas intersetoriais e promoção da saúde na escola: análises do Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 259, p. 245-264, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LIMA, Rozana C.; SOUZA, Mariana M. Bem-estar escolar e desenvolvimento socioemocional. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. 1-13, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All**. Genebra: OMS, 2022.

SOUZA, Maria T.; SILVA, Matheus D.; CARVALHO, Renata. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, p. 102-106, 2010.

THAPA, Amrit et al. **A Review of School Climate Research**. *Review of Educational Research*, v. 88, n. 2, p. 315-352, 2018.

UNESCO. **Reimagining Our Futures Together: A New Social Contract for Education**. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. **Happy Schools: A Framework for Learner Well-being in the Asia-Pacific**. Paris: UNESCO, 2020.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.